

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.166 - RS (2018/0339529-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **MANOELA TERESINHA SARAIVA FALCAO**  
**ADVOGADOS** : **ALINE GRAEFF GUERRA - RS060894**  
LAURA BLANCO SALGUEIRO - RS061038  
GIOVANA PRETO AGOSTINI - RS062108  
ANA LETICIA ROMAN - RS063507  
**RECORRIDO** : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR** : **MARCOS TUBINO BORTOLAN E OUTRO(S) - RS036584**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. DEMORA CONSEQUENTE DO FORNECIMENTO DE FICHAS FINANCEIRAS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. HIPÓTESE PREVISTA NA MODULAÇÃO DE EFEITOS DO RESP Nº 1.336.026/PE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Manoela Teresinha Saraiva Falcão contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul nestes termos sintetizado (e-STJ fl. 291):

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. APLICAÇÃO DE MULTA PROCESSUAL.

Tratando-se de execução de sentença contra a Fazenda Pública, o prazo prescricional é de cinco anos, nos termos da Súmula 150 do STF e do art. 1º do Decreto 20.910/32, a partir do trânsito em julgado. Hipótese em que evidenciada a inércia do credor.

NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO COM APLICAÇÃO DE MULTA DE 5% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, NOS TERMOS DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015.

Os embargos de declaração apresentados na origem foram rejeitados.

Nas razões do especial, a recorrente defende violação do art. 586 do CPC/1973 (atual art. 509 do CPC/2015) e do art. 1º do Dec.-Lei n. 20.910/1932. Suscita, com base na Súm. n. 150/STF e na Súm. n. 106/STJ, que não há prescrição da sua pretensão executória porque a demora no início do cumprimento de sentença se deve exclusivamente a administração pública e do próprio Poder Judiciário local. Para tanto, alega que (e-STJ fl. 355):

O trânsito em julgado se deu em 25/04/2008, sendo que a parte autora requereu o prosseguimento do feito com a expedição de ofício em 11/03/2009, independente de intimação. O juízo apreciou o pedido e determinou a expedição de ofício em 31/08/2009, sendo o mesmo expedido em março de 2010. Entretanto, os documentos juntados pelo demandado não

se prestaram à liquidação do feito, conforme se extrai da informação da contadoria na pag. 117. Assim, novo ofício foi expedido e, agosto de 2013, sendo os valores apurados somente em 11/04/2015. Ou seja, a parte autora impulsionou o feito independente de intimação, enquanto o demandado teve que ser oficiado duas vezes para atender a determinação judicial.

Contrarrazões às e-STJ fls. 383/405.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Quanto à violação do art. 586 do CPC/1973 (atual art. 509 do CPC/2015) e do art. 1º do Dec.-Lei n. 20.910/1932, a Primeira Seção do STJ no julgamento do REsp n. 1.336.026/PE, submetido ao rito dos recursos especiais repetitivos, firmou as seguintes teses: I) o prazo prescricional da execução é o mesmo da ação de conhecimento nos termos da Súm. n. 150/STF; II) o procedimento de liquidação integra o processo de conhecimento; III) se o título executivo não evidenciar o *quantum debeatur*, somente após a sua liquidação é que se poderá falar em inércia para execução; IV) o prazo prescricional de cinco anos para o início da execução contra a Fazenda Pública se inicia a partir da vigência da Lei n. 10.444/2002 (a qual foi sucedida pelos arts. 475-B, §§ 1º e 2º, do CPC/1973), tendo em vista a desnecessidade de uma fase prévia à execução.

Em sede de Embargos de Declaração, a Primeira Seção esclareceu que o julgamento proferido nesses autos tem como objeto a eventual prescrição da pretensão executiva dos títulos judiciais proferidos quando da vigência do CPC/1973, em razão da demora no fornecimento de documentos (fichas financeiras) pelo ente público devedor para formulação dos cálculos. Nessa mesma oportunidade, com fundamento no art. 927, § 3º, do CPC/2015, modulou os efeitos das teses jurídicas para definir o dia 30 de junho de 2017 como o termo inicial do prazo prescricional das pretensões executivas fundadas em título judiciais, firmados ainda durante a vigência do CPC/1973, que estejam dependendo do fornecimento de documentos ou fichas financeiras pelo executado.

Em síntese, a Primeira Seção assevera a desnecessidade de liquidação para a definição do valor da condenação que depende de simples cálculos aritméticos. Uma vez passados mais de cinco anos do trânsito em julgado, presume-se a prescrição da execução contra a Fazenda Pública.

A exceção a regra decorre dos efeitos da modulação do julgamento proferido no REsp n. 1.336.026/PE. Com efeito, o prazo prescricional da execução começou no dia 30 de junho de 2017 somente nos casos em que: I) o título transitou em julgado antes de 17 de março de 2016; II) o cumprimento de sentença não foi iniciado pela mora administrativa em fornecer documentos necessários ao credor, tais como as fichas financeiras.

Ou seja, escapam à modulação dos efeitos do REsp n. 1.336.026/PE as hipóteses em que o credor ficou completamente inerte por mais de cinco anos do trânsito em julgado do título executivo sem, ao menos, buscar o fornecimento de documentos necessários para a definição do valor que lhe era devido. Nesse sentido, os recentes julgados da Primeira Seção:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXAME DA CONTROVÉRSIA, APESAR DO NÃO CONHECIMENTO DO

RECURSO PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. CABIMENTO. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. AGUARDADO DE DOCUMENTOS EM PODER DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N. 1.336.026/PE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. DECISÃO EXEQUENDA TRANSITADA EM JULGADO ANTES DE 17/3/2016. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. É embargável o acórdão que, em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo Tribunal, quando ambos tenham examinado a controvérsia, ainda que um deles não tenha conhecido do recurso. Inteligência do art. 1.043, III, do CPC/2015.

2. Na hipótese dos autos, pretende o ente público o reconhecimento da prescrição na ação executiva, porquanto superado o lapso de cinco anos contados do trânsito em julgado na ação de conhecimento. O acórdão embargado negou provimento ao recurso especial estabelecendo que: a) o prazo prescricional inicia-se no momento em que finda a liquidação; b) a apuração de quando o título executivo se tornou líquido esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

3. A Primeira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp 1.336.026/PE, analisado sob a sistemática dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015, registrou que, com a vigência da Lei n. 10.444/2002, a qual incluiu o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, o acertamento do valor da condenação carente de simples cálculos aritméticos perdeu a natureza de liquidação. Ademais, com a possibilidade de reputar-se correta a conta do credor na hipótese de não entrega pelo devedor dos dados em seu poder, não mais existe justificativa para o retardamento da ação executiva.

4. No exame de embargos declaratórios opostos contra esse julgado, aquele órgão julgador, a par de correções e esclarecimentos, promoveu a modulação dos efeitos da decisão, com base no art. 927, § 3º, do CPC/2015, consignando que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de cinco anos para a propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017 (data da publicação do acórdão do recurso representativo de controvérsia).

5. No caso, o trânsito em julgado da decisão exequenda operou-se em 3/9/2009, no que resulta a não ocorrência da prescrição.

6. Embargos de divergência a que se nega provimento.

(EDv nos EAREsp 816.427/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2019, DJe 11/03/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXAME DA CONTROVÉRSIA, APESAR DO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. CABIMENTO. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. AGUARDADO DE DOCUMENTOS EM PODER DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N. 1.336.026/PE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. DECISÃO EXEQUENDA TRANSITADA EM JULGADO ANTES DE 17/3/2016.

PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS MODIFICATIVOS DO JULGADO.

1. A Primeira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp 1.336.026/PE, analisado sob a sistemática dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015, registrou que, com a vigência da Lei n. 10.444/2002, a qual incluiu o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, o acertamento do valor da condenação carente de simples cálculos aritméticos perdeu a natureza de liquidação. Ademais, com a possibilidade de reputar-se correta a conta do credor na hipótese de não entrega pelo devedor dos dados em seu poder, não mais existe justificativa para o retardamento da ação executiva.

2. No exame de embargos declaratórios opostos contra esse julgado, aquele órgão julgador, a par de correções e esclarecimentos, promoveu a modulação dos efeitos da decisão, com base no art. 927, § 3º, do CPC/2015, consignando que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de cinco anos para a propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017 (data da publicação do acórdão do recurso representativo de controvérsia).

3. Hipótese em que o trânsito em julgado da decisão exequenda operou-se em 21/8/2000 e a propositura da demanda executiva ocorreu em 9/8/2008. Desse modo, o prazo prescricional se implementaria em 8/8/2007. Todavia, deve ser observado que os efeitos do acórdão representativo de controvérsia ficaram modulados a partir de 30/6/2017, no que resulta a não ocorrência da prescrição.

4. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos do julgado. (EDcl no AgInt nos EDv nos EAREsp 628.141/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2019, DJe 11/03/2019)

Apesar de haver declaração pela inércia da parte credora, o Tribunal de origem declarou que a recorrente, depois do trânsito em julgado, requereu o fornecimento de documentação necessária para a realização do cálculo. A propósito, confira-se (e-STJ fl. 295):

No caso dos autos, em que pese a parte credora tenha postulado, seja administrativamente ou por determinação do juízo, documentação necessária para realização do cálculo, não se verifica quaisquer das hipóteses de suspensão ou interrupção da prescrição, sendo possível concluir o transcurso de mais de cinco anos entre o trânsito em julgado da decisão e o efetivo ajuizamento da execução.

Logo, a partir do quadro fático delineado pelo acórdão *a quo*, não há prescrição da pretensão executória no caso dos autos, pois a execução não foi iniciada pelo credor por razão da mora administrativa no fornecimento de fichas financeiras ou de outros documentos necessários para a definição do valor devido.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

*Superior Tribunal de Justiça*

**DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

